

LINGUAGEM E TEORIAS ACIONAIS

META

Apresentar a Teoria da Enunciação, a Teoria dos Atos de Fala, a Teoria da Atividade Verbal e as Máximas/Implicaturas Conversacionais de Grice como correntes que contribuíram (e ainda contribuem!) para o fortalecimento da ideia de que a linguagem é ação, ação intersubjetiva, a partir do realce ao trabalho de seus respectivos mentores, aos seus princípios mais importantes e às suas implicações teórico-metodológicas

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar as teorias estudadas como importantes para a consolidação de uma perspectiva de ação intersubjetiva da linguagem;

diferenciar os principais conceitos inerentes a cada uma das correntes trabalhadas;

reconhecer os estudos desenvolvidos sob os auspícios dessas teorias como importantes para as pesquisas de natureza pragmática.

PRÉ-REQUISITOS

Para você já começar a sentir à vontade com a leitura desta aula, sugerimos um exame dos diálogos expressos na pg. 120.

INTRODUÇÃO

Olá, tudo bem?

E aí, gostou de ter conhecido um pouco do estatuto da Pragmática Linguística? De tudo que vimos na aula passada, sentimos a necessidade de conversar mais sobre um dos princípios dessa área do conhecimento, a de que a língua é uma forma de ação. Evidentemente, isso poderia se resolver com poucas palavras, a partir do destaque a ações as mais variadas que executamos por meio de atos de fala, de ações linguageiras realizadas diariamente. Basta pensarmos em como uma única frase pode veicular significados diferentes, a depender do contexto onde é empregada, não é mesmo?

Pois bem, para evitarmos blá-blá-blá, empreendemos, desde já, uma discussão sobre algumas das teorias que, sem dúvida, ajudaram (e ainda ajudam!) a corroborar com uma perspectiva não apenas acional, mas, como salienta Koch (2001), de ação intersubjetiva: a Teoria da Enunciação, a Teoria dos Atos de Fala, a Teoria da Interação Verbal e, assim como fez a referida autora, também trataremos de alguns conceitos ligados aos postulados conversacionais de Grice.

Antes que você estranhe, quando da leitura das linhas que seguem, uma certa precariedade de informação no tocante aos postulados da Teoria dos Atos de Fala (considerada a contribuição mais efetiva aos estudos que tomam a linguagem como forma de ação), avisamos que isso acontecerá porque a aula 8 recuperará essa abordagem. Agora, a vez é sua. Boa sorte!

NOS LIMITES DA AÇÃO < > INTERAÇÃO SUBJETIVA

Os questionamentos subjacentes à inserção de uma teoria pragmática da linguagem foram muitos e promoveram mudanças significativas no que diz respeito ao modo de se pensar e de se definir o que seria ou não de interesse da Linguística. É nesse momento que passam a ser considerados os elementos outrora excluídos por estruturalistas e gerativistas, a exemplo do estudo da fala e a consideração da performance. Esse movimento ficou conhecido como ‘virada pragmática’ e se deu exatamente no início da década de 1960, embora tenhamos ilustrado na aula passada que as inquietações sobre uma abordagem pragmática tenham raízes lá na Grécia Antiga. Bom, deixemos isso para lá.

Como vínhamos falando, muitos conceitos ganham relevo no interior desse novo modo de lidar com a linguagem, entre os quais podemos citar o de contexto e o de ato, que atuam de modo interdependente na atualização da performance, afinal, um ato só é ato dada a consideração de um contexto de fala, não é mesmo? Como realça Oliveira (2008),

Entender o contexto como sendo os arredores do evento comunicativo em seu sentido mais amplo significa entender o contexto como o conjunto de elementos extralinguísticos que vão contribuir para a atribuição de significados às expressões linguísticas. (p. 108).

A propósito de falarmos em contexto, não podemos deixar de considerar um outro conceito de extrema importância para o que Koch (2001) chama de ‘visão de linguagem como ação intersubjetiva’: o enunciado, compreendido como a manifestação concreta de uma frase em uma dada língua. Mas, para que deixemos essa noção mais clara para você, dedicamos, a seguir, um espaço para a chamada Teoria da Enunciação, de onde ela provém e se define.

A TEORIA DA ENUNCIÇÃO

Para tratarmos da Teoria da Enunciação, falaremos antes, como dissemos há pouco, de ‘enunciado’. Certamente esse termo é recorrente para todos nós, afinal, toda hora alguém ouve algo do tipo “O enunciado estava complicado”, “O enunciado é longo”, “O enunciado é pertinente”, não é mesmo? Mas, o que de fato é o enunciado? Bom, para responder a esse questionamento, chamaremos a atenção, da mesma maneira que fez Koch (2001), para o conceito de frase, com vistas ao estabelecimento de distinções. Vamos lá!

De modo geral, uma frase (ou sentença, como preferem os adeptos da Semântica Formal) diz respeito a uma unidade formal do sistema da língua e, como tal, arquiteta-se com os princípios de sua gramática. Logo, não temos como delimitar um número exato para suas realizações... Vejamos um exemplo:

(1) Os meninos chegarão amanhã.

Alguém teria dúvida em reconhecer essa combinação de elementos como uma frase (gramatical/realizável) do Português? E por que, por vezes, a chamamos de ‘enunciado’? Quem advinha? 1, 2, 3... Para diluir a sua dúvida, vamos direto ao assunto: se essa combinação é uma frase do Português, porque estruturada com base nos seus princípios, cada vez que é pronunciada, temos o seu enunciado. Com isso, queremos dizer que “quando falamos, não produzimos propriamente sentenças: produzimos, sim, enunciados. Um enunciado é um fragmento de fala marcado de algum modo como unidade; por exemplo, por meio de pausas e pela entonação”. (TRASK, 2004, p. 92, grifos do autor).

Podemos dizer, então, que se alguém pronunciar rapidamente, lentamente, mais alto ou mais baixo o que expressamos em (1) Os meninos

chegarão amanhã, temos enunciados que se diferem entre si, mas todos correspondem à mesma frase/sentença. Não fosse apenas isso, de acordo com Trask (2004), nem sempre um enunciado pode corresponder uma sentença, mas a fragmentos dessa sentença. A propósito, eis as suas palavras:

Considere-se este diálogo: Miguel: Onde está Suzana?, Sara: Na biblioteca. Nesse diálogo, o enunciado de Miguel corresponde a uma sentença do português, mas a resposta de Sara, não: não existe em português uma sentença com a forma *Na biblioteca (agramatical, como indica o asterisco). Naturalmente, a resposta de Sara é perfeitamente aceitável: o problema consiste em que nem todos os nossos enunciados correspondem a sentenças. Alguns correspondem apenas a fragmentos de sentenças. (TRASK, 2004, pp. 92 – 93, grifos do autor)

O autor chama a atenção, ainda, para o fato de que, frequentemente, construímos enunciados que sofrem interrupções ou que ficam truncados. Em falas espontâneas, como aquelas que são registradas em projetos como o Norma Urbana Culta (NURC), Variação Linguística do Sul (VARSUL), Variação Linguística do Estado da Paraíba (VALPB) e outros, se veem constantemente casos desse tipo. Por vezes, não reconhecemos sentenças, mas os enunciados estão lá.

Ao lado da importância do ‘enunciado’, a Teoria da Enunciação destaca o termo ‘enunciação’. Na realidade, essa perspectiva põe em relevo a ideia de que cabe ao linguista não apenas descrever os enunciados que são produzidos pelos falantes de uma dada língua, mas também “levar em conta, simultaneamente, a enunciação – ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado”. (KOCH, 2001, p.13). Como lembram Dubois et al (1998, p. 218), a enunciação “é o ato individual de utilização da língua, enquanto enunciado é o resultado desse ato, é o ato de criação do falante”.

Ora, considerar a enunciação significa reconhecer o tempo, o lugar, os papéis que cada interlocutor assume diante do enunciado, as perspectivas, as relações sociais que atravessam e determinam os objetivos da interlocução como constitutivas do enunciado. Nas palavras de Koch (2001, p. 14), “a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito”.

Mais adiante, ao realçar como enunciado o “O dia está bonito”, nas diversas situações em que é proferido, pode ter sentidos distintos (uma asserção, uma pergunta, uma demonstração de surpresa, um convite para sair, uma ameaça...) a autora salienta, também, que a enunciação é responsável por deixar no enunciado “marcas que indicam (“mostram”) a que título o enunciado é proferido”. (ibidem)

Bom, uma vez que destacamos a preocupação maior dessa teoria, convém remetermos ao nome de seu(s) mentor(es), não é mesmo? Pois bem, a Teoria da Enunciação teve como precursor o pensador francês M.

Bakhtin, mas, como destaca Koch, tornou-se conhecida pelo empenho de um linguista francês, Émile Benveniste, cujos estudos voltaram-se para a subjetividade na língua, o “aparelho formal da enunciação”. Seu trabalho se foca, primordialmente, para a descrição dos sistemas pronominal e verbal do francês.

Assim, Benveniste (1989) reconhece a existência dos pronomes da pessoa, 1ª e 2ª (aqueles que representam os interlocutores, no caso da língua portuguesa: eu, tu, você; nós, vós, vocês) e da não-pessoa, 3ª, que dizem respeito aos referentes, aos seres do mundo extralinguístico sobre os quais falamos.

Quanto ao tempo verbal, a partir da reflexão sobre a validação dos tempos, o autor propõe a existência de dois planos de enunciação: a história e o discurso. O primeiro remeteria a fatos, a relatos de eventos passados, sem envolvimento do locutor. Marca-se pelo uso do “passé simple” (pretérito perfeito simples) e dos pronomes de não-pessoa; também caracterizariam esse plano o imperfeito, o mais-que-perfeito e o futuro do pretérito.

O segundo relaciona-se ao plano cuja ordem nos faz reconhecer a existência de um “eu” que, diante de outro, é responsável pela emissão de juízos de valor expressos nos enunciados. Em outras palavras, dizemos que alguém se instaura como “eu” diante de um “tu” (ouvinte), com vistas a convencê-lo de suas opiniões. Nessa relação, definem-se as coordenadas de espaço e tempo (aqui e agora) e, claro, a troca de papel dos interlocutores: o “eu” pode passar a ser “tu” e vice-versa. Caracterizam a ordem do discurso o presente, o ‘passé composé’ (préterito perfeito composto) e o futuro do presente. São comuns aos dois tempos: o imperfeito e o mais que perfeito, tanto com os pronomes da pessoa quanto com os da não-pessoa.

Essa distinção de Benveniste serviu de parâmetro para outras tipologias, além de ter recebido várias críticas, sobretudo no que tange à sua afirmação de que, na história, há um relato de fatos, sem a presença de um locutor, de modo que os fatos narram a si mesmos. Ou seja, teríamos a completa neutralidade do locutor, algo que parece impossível em termos de linguagem, pois estamos sempre nos inscrevendo (julgando, reclamando, elogiando...) nos enunciados que produzimos. Para conciliar, o professor Osakabe (1979) fala em discurso histórico e discurso intersubjetivo, já que as características de um e de outro se inter cruzam constantemente, mas se definiriam em razão da predominância de umas dessas.

Com relação ao sistema verbal, Benveniste (1989) realça a existência de verbos ditos performativos, ou seja, aqueles que, quando proferidos na 1ª pessoa do singular, realizam a ação que denotam, a exemplo de prometer (eu prometo), jurar (eu juro), confessar (eu confesso) e outros.

Nem precisamos de muito esforço para que reconheçamos uma propriedade para esses verbos: algumas das ações por eles veiculadas dependem, essencialmente, de uma instituição legitimadora. Como assim?! Expliquemos: se, na condição de professores, sairmos proferindo algo do tipo “Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, nosso ato

não se concretizará (não será válido!), pois só padres (ou líderes religiosos equivalentes) estão autorizados a fazer isso. No mínimo, as pessoas podem achar que estamos surtando, não é mesmo?

Em outros casos, porém, basta que façamos uso da 1ª pessoa do singular do Presente do Indicativo para que a ação denotada pelo verbo se realize, como em “Eu juro que não comi o biscoito”, em que a ‘jura’ acontece no mesmo instante em que emitimos o ato. Se a forma verbal estivesse no passado (‘Eu jurei que tinha comido o biscoito’), a situação seria diferente, pois apenas descreveria o que foi feito (ação) em outro momento. Nesse caso, ele perderia sua força performativa.

Por meio do estudo cuidadoso dessas formas, Benveniste (1989) faz valer a sua tese da subjetividade na linguagem. Vale reafirmarmos que, a partir de seus estudos, a Teoria da Enunciação tornou-se conhecida e passou, gradativamente, a ganhar adeptos, outros tantos pesquisadores que se vislumbraram (e se vislumbram!) com a análise das marcas (entre eles os modalizadores, sobre os quais falaremos na aula 10) que o falante imprime nos enunciados marcando, por exemplo, suas opiniões diante de algo. Nesse sentido, podemos dizer que os estudos enunciativos desenvolvidos por Benveniste são considerados precursores dos estudos da Pragmática.

É claro que essa nossa fala é panorâmica e não pretende se estender tanto sobre o assunto, então, fecharemos a discussão por aqui e voltaremos nosso olhar, agora, para uma breve apresentação dos postulados da Teoria dos Atos de Fala. Concentração!

TEORIA DOS ATOS DE FALA

A par da consideração de que “dizer é fazer”, a Teoria dos Atos de Fala – TAF decorre, sobremaneira, da inquietação expressa pelo filósofo inglês John Austin, quando das suas 12 conferências no movimento ocorrido em Oxford com o nome de Filosofia da Linguagem Ordinária. Aos poucos, suas bases passaram a ser tratadas no âmbito da Linguística Pragmática e isso se deve, especialmente, a um aliado importante: Searle, que divulgou as ideias austinianas (por vezes, reformulando-as) entre nós.

De acordo com essa corrente teórica, os atos de fala distribuem-se em: locutórios ou locucionários (emissão de um conjunto de sons, mediante as regras de uma língua), ilocutórios ou ilocucionários (a ação que realizamos por meio da linguagem: ordem, pedido, promessa...) e perlocutórios ou perlocucionários. Tais atos são marcados por uma força (dita ilocutória ou ilocucionária) e, a partir da consideração desta, decorreram, entre outras, algumas propostas de classificação.

Um outro ponto relevante dessa teoria é a afirmação de uma performatividade (explícita ou implícita) da, para e na linguagem, não apenas para alguns verbos, como entendeu Benveniste.

Bem, muitos conceitos merecem destaque, mas, como anunciamos no início desta aula, daremos uma atenção especial (na aula 8) para a discussão dos princípios da TAF, pela importância que goza no âmbito dos estudos que tomam a linguagem como forma de ação. Para este momento, então, estamos satisfeito e, por isso, traremos a seguir um pouco dos postulados da Teoria da Atividade Verbal.

A TEORIA DA ATIVIDADE VERBAL

Ancorada no princípio de que a linguagem é uma atividade social e, portanto, destina-se à realização de fins específicos, a Teoria da Atividade Verbal fincou seu espaço nos estudos sobre a ação intersubjetiva em países da antiga URSS, inclusive na Alemanha Oriental. Recebendo influência de Vigotsky, tornou-se conhecida a partir das contribuições de psicólogos e psicolinguistas soviéticos, entre os quais podemos citar Leontev e Lúria.

À luz dessa linha de investigação, a atividade linguística compõe-se de um enunciado que é produzido sob certas exigências e é marcado por uma dada intenção. Assim sendo, para conseguir seu objetivo, o locutor precisa ser capaz de fazer o ouvinte reconhecer a intenção de/no seu ato, aceitando-o. Como ilustra Koch (2001), cabe ao falante, então,

realizar atividades linguístico-cognitivas tanto para garantir a compreensão (tais como repetir, parafrasear, completar, corrigir, resumir, exemplificar, enfatizar, etc.), como para estimular, facilitar ou causar a aceitação (fundamentar, justificar, “preparar terreno”, etc.). (KOCH, 2001, p. 25)

Grosso modo, os simpatizantes dessa teoria estudaram a linguagem a partir da consideração das diferentes atividades que os falantes realizam nas mais distintas situações interativas. Desses estudos, vale mencionarmos a preocupação com as atividades de composição textual, desenvolvidas na Alemanha, enquanto atividade linguístico-cognitiva.

Como salienta Koch (2001), apesar de os adeptos dessa teoria terem dirigido críticas à Teoria dos Atos de Fala, chamando-a de pouco afeita interacionismo, a TAV também pode receber essa mesma acusação, pois seus estudos reservam uma atenção muito grande à figura do locutor, na produção de textos, sem pouca ou nenhuma preocupação com o interlocutor. Este, sem dúvida, não é um mero receptor, muito pelo contrário, cada dia com mais veemência, as várias correntes linguísticas têm mostrado o papel/atuação do ouvinte/interlocutor no circuito comunicativo.

Não fosse apenas isso, sabemos que o sentido é produzido na interlocução, devendo o ouvinte estar atento para compreender as pistas dadas pelo locutor e interpretar adequadamente os enunciados. É o que acontece facilmente quando da avaliação de inferências, não acha? Já que tocamos

nesse assunto, na próxima seção, falaremos um pouco mais sobre um tipo de inferência, a chamada implicatura conversacional.

IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS / MÁXIMAS DE GRICE

Há pouco, dissemos que uma implicatura conversacional é um tipo de inferência, não foi? E aí? Você já ouviu falar nesse assunto? Se viu, ótimo, ficará tudo mais fácil; se não, vai ver agora e, certamente, vai gostar.

Antes de quaisquer outros comentários, carece dizermos que a implicatura conversacional é um tipo de inferência relacionada não apenas ao conteúdo semântico, mas ao uso da língua. Nesse sentido, dizemos que ela é feita a partir de um contexto e o ouvinte tem uma importância especialíssima para a construção do significado daquilo que ouve.

Em função dessa peculiaridade, o falante se sente à vontade para sugerir o que quer dizer ao seu ouvinte e este, atentando para o contexto, infere o que o falante quis dizer. Eis o que se chama de implicatura conversacional. Essa implicatura pode ser prevista pelo que Grice (o mentor da teoria) chamou de princípio da cooperação ('seja cooperativo'), ou seja, a condição que duas ou mais pessoas precisam respeitar para que uma interlocução transcorra de modo adequado. Para Levinson (2007):

A sugestão de Grice é que existe um conjunto de suposições mais amplas que guiam a conduta de uma conversação. Elas surgem, ao que parece, de considerações racionais básicas e podem ser formuladas como diretrizes para o uso eficiente e eficaz da língua na conversação para fins cooperativos. (p. 126)

Para guiar esse princípio, Grice (1975) sugere a existência de quatro máximas, a saber:

1. Máxima da quantidade: diga somente o que é necessário, nem mais nem menos informação;
2. Máxima da qualidade: diga apenas o que sabe ser verdadeiro;
3. Máxima da relevância: diga apenas o que é relevante;
4. Máxima do modo: seja claro e objetivo, evite a prolixidade.

De acordo com o autor, o falante dirá a verdade, especulará sobre aquilo que o ouvinte sabe para então falar algo que seja compatível com esse conhecimento. O falante tem, pois, ideia daquilo que o seu ouvinte tem condições de entender. Tendo ou não consciência, por vezes desrespeita alguns desses parâmetros, mas, de modo geral, as máximas representam "uma orientação que servirá como base para a comunicação. É realmente difícil imaginar a comunicação sem que essas máximas estejam presentes". (CANÇADO, 2008, p. 133). Em outras palavras, sem o respeito às máximas, nossos diálogos poderiam ser apenas uma sequência de falas desconexas.

Para que a conversa fique ainda mais clara, destacaremos a seguir alguns

exemplos de como essas máximas nos orientam a determinadas inferências. Os casos expressos em (2) e (3) colocam em evidência a máxima da quantidade (diga somente o que é necessário, nem mais nem menos informação).

- (2) A: Daniel, você já colocou tudo na mala?
B: Algumas coisas.

Implicatura: (Daniel) não colocou tudo na mala.

- (3) A: Você estudou para a prova?
B: Bem que eu tentei...

Implicatura: (B) não estudou para a prova.

Bom, em (2), a par da máxima da quantidade, o ouvinte compreende que, se (Daniel) tivesse colocado 'tudo' na mala, não diria 'algumas coisas', afinal, 'tudo' engloba algumas, mas a recíproca não é verdadeira. Do mesmo modo, em (3), admitindo a existência dessa máxima, somos levados a crer que B não recorreria ao uso de "Bem que eu tentei" se de fato tivesse estudado para a prova.

Vejamos mais dois casos:

- (4) A: Você vai para a aula de francês na próxima quinta?
B: Tenho médico nesse dia.
Implicatura: (B) não vai para aula de francês na próxima quinta.

- (5) A: Conseguiu comprar os livros de literatura?
B: Menina, olha como a cidade cresceu!

Ora, para analisarmos o caso de (4), se partimos do entendimento de que, para (A), a resposta de (B) é relevante, ele a avaliará como uma negativa ao que foi questionado. Se ele não tomar essa resposta como relevante, não fará associação com o que perguntou e a comunicação não será produtiva. Evidentemente, essa implicatura é possível diante desse contexto, pois o uso de "Tenho médico nesse dia" pode veicular outro sentido numa situação diferente.

No caso de (5), reconhecemos de imediato que a resposta dada por (B) é, sem dúvida, pouco adequada ao que (A) perguntou. Logo, se alguém escuta esse diálogo, tende a acreditar que (B) não está prestando atenção ao que diz (A) ou, assumindo a máxima da relevância, entender que a resposta de (B) é de algum modo relevante para (A) e, nesse caso, representa a forma encontrada para dizer que não comprou os livros de literatura por meio de um desvio do assunto.

Como dissemos, a leitura dessas implicaturas é orientada pelas máximas conversacionais. Isso implica dizer que, a princípio, o ouvinte espera verdade do falante. Agora, é claro, muitos desses princípios são violados e frequentemente as pessoas fazem uso de mentiras, ironias outras ações maliciosas que legitimamos por meio da linguagem. No dizer de Koch (2001),

(...) embora tenha gozado e goze ainda hoje de bastante prestígio, é fácil perceber que essa teoria não dá conta de toda a “malícia” e manipulação presentes na interação verbal humana: estamos constantemente “jogando”, “blefando”, simulando, ironizando, fazendo alusões e criando subentendidos, fenômenos nem sempre explicáveis com base nas implicaturas. (KOCH, 2001, p.28)

Seja como for, o falante sabe que está violando uma máxima (ainda que ele nunca tenha parado para pensar nesse termo!), reconhece quando fala demais, quando não diz a verdade e, lógico, o faz de modo previamente calculado, intencionalmente. Mediante esses desvios cooperativos, ao ouvinte cabe: i) alertar o falante, dizendo que ele fala demais (e isso não é relevante), que mente demais...; ii) avaliar que o desvio de máxima pelo falante não ocorre de graça e pensar que, se ele fez isso, tem algo extra a informar.

Para um maior entendimento dessa peculiaridade, destaquemos o exemplo clássico de Grice (1975): com o propósito de preencher uma vaga de assistente na universidade onde trabalha, um professor endereça uma carta a um colega de outra instituição pedindo informações acerca de um ex-aluno deste e tem a seguinte resposta: “Tem boa letra e não costuma chegar atrasado”. De acordo com o autor, teríamos o seguinte raciocínio: a resposta dada infringiu a máxima da relevância e isso não aconteceria à toa, logo, é porque o colega do professor preferiu omitir informação. Assim, conforme a máxima da quantidade, a suposição é a de que essa resposta é suficiente para que avaliemos o candidato como fraco.

Comentários à parte, afinal, já reportamos ao fato de que essa teoria não recobre a malícia subjacente a muitos dos atos de fala frequentemente emitimos, convém dizermos que as implicaturas têm uma natureza cancelável. Quer isso dizer que podemos acionar mais informações no diálogo e cancelá-las. Pensemos em uma continuidade do diálogo expresso em (4):

- (4) A: Você vai para a aula de francês na próxima quinta?
B: Tenho médico nesse dia.
A: Ah, então você não vai?
B: Que nada! Eu vou de todo jeito.

Como podemos confirmar, a inserção dessa segunda informação de (B) cancela a implicatura inicial de que ele não vai para a aula de francês.

Essa propriedade é notória e, para Trask (2004), ‘demonstra que as Ics [implicaturas conversacionais] não são logicamente válidas. São, isso sim, inferências poderosas, e as Ics que não são negadas são assumidas como verdadeiras pelos falantes’ (TRASK, 2004, p.143).

Pelo que expusemos, já deve ter ficado claro para você uma coisa: não há como negarmos que o estudo das Ics pertence ao domínio da Pragmática, dada a consideração do contexto como condição mínima para a apreensão do significado. Aliás, é bom lembrarmos que um proferimento pode ter mais de uma implicatura, a depender do contexto.

CONCLUSÃO

Perspectivas diferentes, princípios advindos de campos teóricos igualmente distintos, mas também alguns pontos em comum, entre os quais podemos citar um deles: o entendimento de que os falantes ‘agem’ sobre o outro, imprimindo nos enunciados que produz marcas linguísticas que permitem ao interlocutor o reconhecimento de sua intenção. Intenção de fala que é ação, ação languageira, que atualizamos diariamente nas mais diversas situações interlocutivas a que nos submetemos. Eis o que, de modo geral, as teorias aqui estudadas nos confirmam.

Como vimos, seja tomando a ideia de enunciado e enunciação como ponto de partida para as nossas análises, entendendo a performatividade como uma propriedade inerente à linguagem, reconhecendo as atividades linguístico-cognitivas realizadas quando da composição textual ou, ainda, a não passividade do ouvinte na construção do significado e na apreensão das implicaturas conversacionais, a palavra de ordem é ação, movimento intrínseco às atividades de fala, ao homem e às marcas que ele, de modo sutil e inteligente, faz valer para denotar o seu “eu”, a essência da subjetividade da/na linguagem.



RESUMO

Nesta aula, voltamos nosso olhar para os princípios mais representativos da Teoria da Enunciação, da Teoria dos Atos de Fala, Teoria da Atividade Verbal e, também, das Máximas/ Implicaturas Conversacionais de Grice, tomando-as como correntes que contribuíram (e ainda contribuem!) para o fortalecimento da ideia de que a linguagem é ação, ação intersubjetiva. Assim, destacamos a importância que os conceitos de enunciado/enunciação têm para as questões suscitadas no interior da Teoria da Enunciação, perspectiva que, embora tenha tido o russo Mikhail Bakhtin como precursor, tornou-se conhecida por meio dos estudos realizados pelo linguista francês Émile Benveniste. Realçamos que esse estudioso buscou provar sua tese da subjetividade da linguagem a partir da análise dos sistemas pronominal (graças à distinção que faz entre os pronomes da pessoa – os interlocutores e os da não-pessoa – os referentes) e verbal (momento em que propõe a existência de dois planos de enunciação: o discurso e a história; da mesma forma, sustenta a existência de verbos performativos, aqueles que realizam a ação que denotam). Na sequência, destacamos brevemente a máxima do ‘dizer é fazer’, que caracteriza a Teoria dos Atos de Fala, formulada pelo inglês John Austin e divulgada na Linguística por Searle. Entre os conceitos que abordamos, estabelecemos a diferença entre atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários, bem como salientamos a importância que as noções de força ilocucionária e performatividade têm gozado no bojo dessa teoria. Depois, mostramos o princípio básico – o de que a linguagem é uma atividade social – da Teoria da Atividade Verbal e validamos em que medida, no âmbito de suas reflexões, o falante é visto como responsável não apenas por transmitir intencionalmente algo, mas também por ser competente a ponto de seu ouvinte entendê-lo. Por fim, apresentamos a implicatura conversacional como um tipo de inferência, destacando-a como prevista pelo princípio da cooperação de que trata Grice, filósofo que sugere a existência de 4 (quatro) máximas a serem respeitadas para a eficiência da comunicação: da quantidade, da relevância, da qualidade e do modo. Nesse peculiar, mostramos como a leitura dessa implicatura é orientada por essas máximas e, igualmente, como ela pode ser cancelada a qualquer momento.

ATIVIDADES



Ih, chegou a hora de exercitar um pouco, ok? Sua obrigação se limita à resolução de apenas duas questões...

1. Benveniste estabelece dois planos de enunciação: o discurso e a história, cada um com seus tempos característicos. Apresente a distinção feita pelo referido autor para esses planos, destacando algumas das críticas que recebeu em função dessa diferenciação, a partir de exemplos típicos do nosso cotidiano.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Aqui, prevemos que você realce o fato de, para o autor: i) o discurso caracterizar-se pela presença de um “eu” que tenta convencer um “tu” sobre suas opiniões e pelo uso do tempo presente; ii) a história reportar-se a um relato de eventos ocorridos, sem a presença do locutor. Mais do que isso, julgamos importante que você demonstre em que medida essa diferenciação tem recebido críticas, sobretudo no que diz respeito ao fato de a história ser entendida por Benveniste como um plano que não dispensa um narrador.

2. Mudar o foco de uma conversa é uma atitude corriqueira quando os falantes querem fugir de um dado assunto... em muitos casos, podemos mesmo caracterizar essa ação como uma arte. Tomando a máxima da relevância (“diga somente o que é relevante”) como ponto de partida, justifique essa posição a partir da criação de um diálogo em que um falante (A) fez uma pergunta delicada a (B) e este responde de modo evasivo, mas sem mentir. Mostre a relação que o primeiro procurava obter e o que, de fato, teve como resposta. (Resposta pessoal).

ÉMILE BENVENISTE (1902, CAIRO - 1976)



Iniciou seus estudos na Sorbonne com Antoine Meillet, que fora aluno de Saussure. Lecionou na École Pratique des Hautes Études; mais tarde, trabalhou no Collège de France como professor de linguística. Nesta época, já havia iniciado suas pesquisas sobre gramática comparada das

línguas indo-europeias. Em 1961, fundou com Claude Lévi-Strauss e Pierre Gourou a revista de antropologia L'Homme. Permaneceu no Colège de France até 1969, quando se aposentou devido a problemas de saúde.

No início de sua carreira, suas pesquisas eram conhecidas apenas num pequeno círculo acadêmico, por tratar-se de um trabalho altamente técnico e especializado. A publicação de sua principal obra, *Problèmes de linguistique générale* (Problemas de Linguística Geral), fez com que tivesse um reconhecimento muito mais amplo. Os dois volumes de seu trabalho foram publicados em 1966 e 1974, respectivamente. Os livros apresentavam, além do rigor técnico, um estilo acessível ao público leigo, e consistiam de uma seleção de vários artigos escritos ao longo de mais de vinte e cinco anos.

(Fonte: <http://pt.wikipedia.org>).

FAZ SENTIDO?!

Observe os diálogos imaginários a seguir:

(1) A: Ei, você está com fome?

B: Aguento mais um pouco.

(2) A: Oie, você estudou para a prova?

B: Sim.

A: Ôba, então posso sentar perto de você?

A: Mal sei para mim.

(3) A: Nossa, que magreza! Você andou fazendo regime?!

B: Você já viu “Tropa de Elite”?

Agora, pense e imagine o contexto onde esses enunciados poderiam ser emitidos... Pensou?! As respostas de (B) são adequadas para as perguntas de A?! Se sim, por quê? Avalie cada situação e pense no que cada resposta quer significar, ok? Será que o diálogo expresso em (3) faz sentido? (B) não teria surtado com essa resposta?

Bom, entre outras questões, a aula de hoje trará um pouco de reflexão sobre assunto, mostrando como nós corriqueiramente realizamos as chamadas implicaturas conversacionais. Não parece bacana essa abordagem?! Confesse!!!! rs. Uma boa leitura!

PRÓXIMA AULA

Ops! Na aula 08, para compensar a superficialidade de informações dadas aqui e dar o relevo que merece, voltaremos um olhar mais cuidadoso para os postulados da Teoria dos Atos de Fala.



AUTOAVALIAÇÃO

E aí, pronto para avaliar o seu aprendizado? É bom que esteja, viu! Pare, pense e responda: Quais as noções mais importantes de cada uma das teorias tratadas? Quais as limitações dessas perspectivas? Que críticas são dirigidas a elas?

Bom, nem precisa dizer que a palavra-chave aqui é honestidade, afinal, de que adiantar enganar a si próprio, não é mesmo?

Se perceber que tem muita dificuldade, há amigos de plantão: colegas, tutores e, claro, o coordenador da disciplina. Peça socorro!!! Essa equipe sempre espera por você. Boa sorte!



REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. (tradução brasileira). Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1989.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. 2 ed. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008.
- DUBOIS, Jean et alii. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1998.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: **The logic of Grammar**. (ed Donald Davidson e Gilbert Harman), 1975, pp. 41-58.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- LEVINSON, S. **Pragmática**. (tradução de LuísCarlos Borges; Aníbal Mari; revisão de tradução: Aníbal Mari; revisão técnica: Rodolfo Ilari). São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de semântica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.
- TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. (Tradução: Rodolfo Ilari; Revisão técnica: Ingedore Villaça Koch e Thaís Cristófaró Silva). São Paulo: Contexto, 2004.